



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Resultados da 22ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

O evento foi realizado nos dias 11, 12 e 13 de março de 2026, no edifício do Banco do Brasil e no Palácio do Planalto, em Brasília-DF, em formato presencial; com participações eventuais em formato virtual.

Data: 11 de março de 2026 a 13 de março de 2026 (9h às 17h30)

Local: Edifício Banco do Brasil - SAUN Quadra 5, Espaço Maracanã, 15º andar

1. Abertura do Evento

A 22ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) contou com a presença de conselheiros da sociedade civil e do governo, com composição da mesa e abertura dos trabalhos. Na ocasião, foram destacados o diálogo institucional e a articulação política para o avanço das pautas dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), com ênfase na regularização fundiária e no fortalecimento de políticas públicas.

2. Falas dos Membros da Mesa de Abertura:

- **Marina Silva** (Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima).
- **Edel Moraes Souza** (Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável - SNPCT/MMA).
- **Samuel Leite Caetano** (Presidente do CNPCT).
- **Marcio Pochmann** (Presidente do IBGE).
- **Renata Cordeiro** (Assessora jurídica do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu).
- **Marcela Cananéa** (Conselheira do Segmento Caiçara).

3. Pauta da Reunião:

- **Aprovação da Pauta e Metodologia:** Verificação de quórum, leitura, ajustes de tempo e aprovação da ordem do dia.
- **Prestação de Contas e Devolutivas Governamentais:** Apresentação de entregas estruturantes e balanço de ações dos órgãos do Governo Federal (MMA, MDA, INCRA,

MIR, ICMBio, MEC, MPA e SG/PR) direcionadas aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

- **Plataforma de Territórios Tradicionais:** Anúncio, reestruturação de governança, critérios de produtividade e eleição para recomposição do Conselho Gestor da Plataforma.
- **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PDPCT):** Discussão sobre o andamento, tramitação na Casa Civil e a exigência de formato jurídico via Decreto Presidencial em detrimento de Portaria Ministerial.
- **Decreto de Regularização Fundiária de PCTs:** Ajustes finais da minuta, devolutiva interministerial, articulação política de urgência e exigência de assinatura imediata.
- **Articulação Política com a Presidência:** Diálogo e alinhamento do CNPCT com a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) para garantia das entregas no ano eleitoral.
- **Censo Agropecuário 2027 (IBGE):** Apresentação dos resultados das provas piloto, planejamento estratégico, mapeamento territorial prévio e definição de cronograma e pontos focais.
- **Inclusão no CadÚnico (MDS):** Planejamento metodológico, contratação de consultoria e formação de grupo de trabalho para a inclusão oficial e qualificada dos 28 segmentos de PCTs no Cadastro Único.
- **Proteção a Lideranças e Territórios Tradicionais:** Debate com o Ministério Público Federal (MPF) e GIZ sobre o agravamento das ameaças aos territórios pelo crime organizado e milícias, e a criação de protocolos de atuação e federalização de crimes vinculados à ausência de regularização fundiária.
- **Apresentação da Secretaria Nacional de Biodiversidade (MMA):** Informes institucionais da referida secretaria.
- **Dinâmica Interna do CNPCT:** Atualização sobre Grupos de Trabalho (GTs) e Câmaras Técnicas.
- **Propostas e Votação de Moções:** Leitura, debate e aprovação de moções prioritárias do plenário.
- **Informes Gerais e Encerramento:** Manifestações finais dos conselheiros e encerramento oficial da plenária.

4. Apresentações Institucionais / Seminários:

Painel: Entregas do INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

- Maíra Coracy Diniz (INCRA);
- Fernanda Machiavelli (MDA).

Painel: Ações do Ministério da Igualdade Racial (MIR) e Meio Ambiente (MMA)

- Eloá Silva de Moraes (MIR);
- Combate à Desertificação - Alexandre Pires (MMA);
- Controle do Desmatamento - Caio Marinho (MMA);
- Bioeconomia - Marcelo (MMA)
- Bolsa Verde - Kildren Pantoja Rodrigues (MMA)

Painel: Ações do ICMBio e Ministério da Educação (MEC)

- Kátia Torres Ribeiro - (DISAT/ICMBio)

- Eduardo Araújo e Profa. Socorro (MEC)

Painel: Ações do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) Agenda 2030 (Casa Civil)

- Pesca Artesanal - Gustavo Kenner Alcântara
- Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Patrícia Carvalho;

Painel: Ações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

- CadÚnico - José Roberto Frutuoso,
- Segurança Alimentar - Camila Carneiro, Luiz Antonio e Ana Maria Mesquita;
- Censo Agropecuário 2027 - Marta Antunes

Painel Exclusivo no Palácio do Planalto: Devolutiva do Decreto de Regularização Fundiária

A sessão final de devolutivas ocorreu nas dependências do Palácio do Planalto, marcando a entrega política interministerial ao Conselho. O encontro foi conduzido por Fernanda Machiavelli (MDA), Edel Moraes (MMA), Carolina Stucchi (SPU/MGI), e Kelly Mafort e Josué Rocha (Secretaria-Geral da Presidência da República). O Governo Federal apresentou a redação consensuada entre as pastas da minuta do decreto, que seria então enviada à Casa Civil. Foram expostos os seguintes detalhamentos e garantias aprovadas no texto:

1. **Reconhecimento por Autodeclaração (Artigo 10):** Fixou-se que o procedimento administrativo terá a autodeclaração como referência matriz, devendo os órgãos do Estado levar em consideração estrita o vínculo histórico e cultural com o território, ancorado na Convenção 169 da OIT e no Decreto 6040/2007.
2. **Resolução de Sobreposição (Unidades de Conservação e SNUC):** Para pacificar resistências internas no governo, inseriu-se um parágrafo único determinando que as disposições fundiárias do novo decreto não incidirão sobre as Unidades de Conservação já delimitadas. O dispositivo blindava e resguarda o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), garantindo que o decreto não cria "nova categoria fundiária" que fira a legislação ambiental.
3. **Titulação Definitiva e Proteção Estatal (Artigo 11):** O decreto inova ao trazer a competência da titulação definitiva a cargo do INCRA, que possuirá a responsabilidade de redigir Instrução Normativa própria. O Artigo 11 (transposto do decreto quilombola) obriga o Estado brasileiro a atuar na defesa judicial e proteção territorial das comunidades logo após o reconhecimento e durante o trâmite provisório, antes mesmo da titulação final.
4. **Governança, Territorialidade Dinâmica e Povos das Águas:** O texto aprovado abrange as demandas de PCTs de caráter nômade, itinerante ou de mobilidade cíclica (Artigo 5), e áreas urbanas (Lei 10.257). A SPU/MGI atestou que as praias, rios e ilhas, considerados bens de uso comum, terão seus ordenamentos complementados pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) e pelo Projeto Orla. Por fim, o Decreto formalizará a criação da "Mesa Fundiária" via portaria interministerial conjunta (MMA, MDA e MGI), com assento assegurado e permanente ao CNPCT.
5. **Compromissos Políticos:** As secretárias firmaram o compromisso de que o texto está pacificado entre suas pastas e pronto para os trâmites burocráticos finais na Casa Civil, visando a sanção expedita pelo Presidente da República, configurando uma das três entregas agrárias prioritárias exigidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

5. Resultados e Deliberações:

As deliberações do Pleno do CNPCT foram tomadas com base no regimento interno, garantindo o quórum qualificado necessário para decisões vinculantes. O detalhamento dos resultados segue abaixo:

5.1. Aprovação da Pauta e Dinâmica da Reunião O Plenário aprovou a pauta com um (1) voto contrário e zero abstenções.

5.2. Governança e Recomposição do Conselho Gestor da Plataforma de Territórios Tradicionais O Plenário deliberou sobre a vacância e substituição de membros do Conselho Gestor da Plataforma, aplicando o critério regimental de produtividade de 2024. A composição final dos novos suplentes foi submetida a votação, sendo aprovada por **18 votos favoráveis, zero (0) votos contrários e 2 abstenções**. Os novos membros efetivados são: Beatriz Góes (Juventude), Misael Jefferson (Ilhéus), Marcella Cananéa (Caiçara), Edilene Amaro Batista Barbosa (Veredeira) e Doté Olissassi (Povos de Terreiro e Matriz Africana).

5.3. Deliberações referentes ao Censo Agropecuário 2027 (IBGE) Após a apresentação técnica do IBGE sobre os testes pré-censitários, o Pleno aprovou por unanimidade a execução de três encaminhamentos práticos:

1. **Oficina Técnica:** Realização de uma oficina técnica presencial e intensiva de três dias, **10, 11 e 12 de junho de 2026**, em Brasília ou no Rio de Janeiro.
2. **Pontos Focais Estaduais:** Determinou-se o prazo limite de **20 de março de 2026** para que os conselheiros enviem oficialmente à equipe técnica do IBGE os contatos das lideranças locais que atuarão como pontos focais na segunda prova piloto (que ocorrerá entre 11 e 22 de maio). As indicações aprovadas em plenário foram: Barcarena/PA (Sheila e Célia); Corumbá/MS (Edinalda e Vladimir); Irati/PR (Dimas e João); Rio Verde/GO (Maura); Uruçuí/PI (Marinalda); Viamão/RS (Gabriele).
3. **Grupo de Trabalho de Comunicação:** Instituição de um GT de Comunicação curador, destinado a auxiliar o IBGE na elaboração de campanhas, linguagem adequada e materiais audiovisuais específicos para os PCTs, evitando estereótipos. O GT será composto pelas entidades parceiras: Rede Cerrado, MIQCB, Rede PCT, CONAQ e Rede Puxirão do Sul.

5.4. Inclusão dos Segmentos no CadÚnico (MDS). A proposta foi aprovada por unanimidade. O grupo atuará na qualificação dos entrevistadores sociais e na mobilização das bases, sendo composto por: CNPCT: Alicia, Maura, Domingos, Samuel, Beatriz (Juventude), Beatriz (Andiobeira) e Misael. Assessoria/Sociedade Civil: Professora Débora (UERJ). Governo (MMA): Cláudia Regina Sala de Pinho e 1 (um) técnico do DPCT. Governo (MDS): Camila Carneiro, José Roberto e Luiz Antonio.

5.5. Aprovação de Moções Institucionais A Secretaria Executiva realizou a leitura de duas moções construídas e assinadas por lideranças do CNPCT, as quais foram submetidas ao Pleno e aprovadas por unanimidade.

- Moção 1 - Saúde Mental (Endereçada ao Ministério da Saúde):
- Moção 2 - Seguro Defeso (Endereçada ao Ministério da Pesca e Ministério do Trabalho e Emprego)

● **5.6. Deliberação Urgente e Recusa de Dilatação de Prazo para o Decreto Fundiário**

O conselheiro Carlos Alberto (segmento dos pescadores artesanais) redigiu uma deliberação formal, que foi lida na íntegra pelo Presidente Samuel Leite Caetano e ratificada de modo unânime pelo Plenário, solicitando que seu conteúdo figurasse textualmente na Ata Oficial para conhecimento da Casa Civil, Ministérios e da SG/PR. O texto segue reproduzido a seguir: “O pleno do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) propõe a constituição de uma comissão com representantes do governo e da sociedade civil para sentar e fechar a minuta do decreto. Todos os ministérios e os povos já tiveram tempo suficiente para conhecer e analisar o texto. Portanto, qualquer compreensão de um processo longo e excessivamente burocrático não corresponde à deliberação do pleno do CNPCT. A proposta é realizar uma reunião objetiva, de um ou dois dias, acolhendo a sugestão da Ministra Marina Silva, para construir os entendimentos finais e concluir a minuta. Estamos propondo inclusive a data de amanhã, considerando que já estamos reunidos na reunião do CNPCT e deixamos o dia destinado para esse esforço de conclusão.” Essa proposta foi apresentada pelo conselheiro Carlos Alberto Pinto e acolhida pelo pleno. O Pleno solicitou à equipe da Secretaria Executiva do CNPCT que notificasse imediatamente, antes da reunião interministerial que ocorreria na tarde do mesmo dia, o Secretário Executivo do MMA (João Paulo Capobianco), a Secretária Executiva do MDA (Fernanda Machiavelli), as representações do MGI (Carolina Stucchi) e da SG/PR (Kelly Mafort), sobre este encaminhamento.

6. Informes e Encerramento da Reunião:

6.1. Encaminhamentos Práticos e Estratégicos

- **Elaboração de briefing governamental:** A Secretaria Executiva do CNPCT (DPCT/SNPCT) assumiu a responsabilidade de compilar e formalizar um documento (*briefing*) contendo o resumo detalhado de todas as apresentações, orçamentos e entregas informadas pelos ministérios durante a plenária.
- **Suporte ao mapeamento do IBGE:** Reiterou-se o compromisso das lideranças e entidades parceiras (como Rede Cerrado, CONAQ e MIQCB) em enviar continuamente coordenadas geográficas, endereços, contatos de associações, listagens ou arquivos em PDF referentes a territórios não demarcados diretamente à equipe técnica do IBGE (Marta Antunes e equipe). Este repasse de dados, resguardado por sigilo estatístico, é vital para que os recenseadores alcancem áreas perimetrais e invisibilizadas no Censo Agropecuário.
- **Agenda de proteção a lideranças (MPF e GIZ):** a Secretaria Executiva do CNPCT foi incumbida de realizar contato imediato e urgente com o Procurador Henrique Cavalcante e a Dra. Maria Luiza Grabner. O objetivo é agendar uma reunião específica de trabalho para integrar o CNPCT ao projeto "Territórios Vivos", visando a elaboração de um protocolo nacional de federalização de crimes contra defensores de direitos humanos e a necessária articulação com o Ministério da Justiça.

6.2. Informes Gerais e Agenda Institucional

- **Decreto do Plano Nacional (PDPCT):** A Secretaria Executiva informou que o texto do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos PCTs encontra-se na Casa Civil para avaliação final.
- **Calendário de Reuniões (Oficina IBGE):** Ficou confirmada a realização de uma oficina de trabalho intensiva, envolvendo a equipe técnica do IBGE e dois representantes de cada

segmento do Conselho. A data foi deliberada e fixada para **10, 11 e 12 de junho de 2026**, com possibilidade de ocorrência em Brasília-DF ou no Rio de Janeiro-RJ.

6.3. Encerramento e Homenagens

- **Certificação de Lideranças Mulheres:** Em alusão ao Mês da Mulher (março) e em alinhamento com a campanha federal "Todas por Todas", a Mesa Diretora conduziu um momento de reconhecimento institucional. A Secretária Edel Moraes contextualizou a entrega, repudiando o cenário histórico de violência de gênero, racismo e violência política no país. A SNPCT conferiu formalmente um certificado de honra ao mérito para as conselheiras, reconhecendo o esforço duplo e triplo exigido das mulheres PCTs na defesa da agenda socioambiental brasileira.
- **Agradecimentos Institucionais:** A Secretária Edel Moraes e a Diretora Cláudia Regina Sala de Pinho oficializaram os agradecimentos aos funcionários terceirizados, aliados e servidores do departamento que garantiram a logística estrutural, passagens e organização do evento (Mirella Tomczyk de Moraes, Bárbara, Júlia, Aline, Luiz e Jacobson Luiz Rodrigues), bem como aos profissionais aliados do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). Registrou-se ainda o agradecimento institucional à direção do Banco do Brasil pela cessão das instalações no centro de Brasília.

A 22ª Reunião Ordinária foi oficialmente encerrada com a convocação para o *coffee break* de despedida e a realização da foto oficial da delegação empunhando as bandeiras de seus respectivos movimentos e segmentos.